

CONTRATO Nº 42/2019

Contrato celebrado entre o Município de São João do Polêsine e a empresa **Paulinéia Lottermann Reis - ME**, para aquisição de material permanente e veículo de passeio para o CRAS do município.

Por este instrumento público, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**, com sede na Rua Guilherme Alberti, 1.631, com inscrição no CNPJ sob o nº 94.444.247/0001-40, representado pelo seu Prefeito Municipal Matione Sonogo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 635.948.970-87, e RG nº 1038563233, residente e domiciliado na Av. São João, nº 5123, na cidade de São João do Polêsine – RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 10.936.352/0001-07, com sede a Rua Guilherme Ludwig, nº 242, Bairro Área Industrial, São José do Inhacorá - RS, representada pelo **Sr. Leandro Alberto Kerber**, inscrito no CPF sob o nº 770.863.410-53 e portador do RG nº 3039655141, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acertado o presente Termo de Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de material permanente e veículo de passeio para o CRAS do município de São João do Polêsine, conforme especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

O prazo de entrega é de no máximo 30 (trinta) dias corridos após assinatura do contrato em uma única vez.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado. Os equipamento e peças possui garantia de 12 (dozes) meses a contar da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor do presente contrato será de acordo com valor da adjudicação feita através do processo licitatório 440/2019 – Pregão Presencial nº 05/2019:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	V. UNITARIO
01	ARQUIVO DE MADEIRA COM 4 GAVETAS ARQUIVO MADEIRA COM NO MÍNIMO 4	REIFLEX	R\$ 350,00

	GAVETAS COM CHAVES E FECHADURA – COM NO MÍNIMO 1,41M x 47CM x 45CM, ESTRUTURA EM MDP, COM HASTES CROMADAS PARA PASTAS, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E SAPATAS REGULÁVEIS		
02	CADEIRA FIXA COM BRAÇO, 4 PÉS CADEIRA FIXA COM BRAÇO, 4 PÉS, BASE FIXA PALITO, COM ESPUMA INJETADA E REVESTIDA EM TECIDO	REIFLEX	R\$ 95,00
03	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES SECRETÁRIA DE NO MÍNIMO 82 X 135 X 50 CM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE)	REIFLEX	R\$ 240,00
05	MESA DE REUNIÃO OVAL MESA DE REUNIÃO OVAL 6 LUGARES, DIMENSÕES MÍNIMAS 2000 X 900 X 750 X 25 MM, COM REGULADOR DE NÍVEL PARA PISO COM SUPORTE DE TRAVAMENTO	REIFLEX	R\$ 444,00
06	MESA DE REUNIÃO REDONDA MESA DE REUNIÃO REDONDA, MÍNIMO DE 1200 (DIÂMETRO) X 730 MM, TAMPO REDONDO,	REIFLEX	R\$ 260,00

	ESPESSURA MÍNIMA 25 MM		
08	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO ALTO EM MDP ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO ALTO, ESTRUTURA MDP, MÍNIMO 2 PORTAS, ALTURA MÍNIMA 160CM, LARGURA MÍNIMA 91 CM, PROFUNDIDADE MÍNIMA 45 CM, COM 3 PRATELEIRAS, PUXADOR E DOBRADIÇAS DE METAL	REIFLEX	R\$ 370,00
09	ARMÁRIO BALCÃO COM CHAVE ARMÁRIO ESCRITÓRIO COM CHAVE, MÍNIMO 2 PORTAS, ALTURA MÍNIMA 81 CM, LARGURA MÍNIMA 91 CM, PROFUNDIDADE MÍNIMA 42 CM, MATÉRIA PRIMA EM MDF/MDP	REIFLEX	R\$ 242,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.550,00

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA SEXTA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente do presente contrato correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: Despesa nº 1.040 – 4.4.90.52.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a acompanhar o fornecimento, as especificações e a qualidade dos produtos, de acordo com as condições e prazo estabelecidos, bem como pagar.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;
- 2 - Entregar os produtos na conformidade do estabelecido no Edital em referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, montagens, seguros e todas as demais despesas necessárias;
- 3 - Proceder à instalação dos equipamentos (quando necessário) num prazo máximo de 10(dez) dias corridos, contados da entrega dos equipamentos;
- 4 - Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.
- 5 - Comunicar o Departamento de Compras, no prazo de 08 (oito) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.
- 6 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.
- 7 - Responsabilizar-se, com exclusividade, por todas as despesas relativas à retirada e entregas do produto substituído.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Edital, o Município poderá, garantindo a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a proponente deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIO-INDENIZATÓRIA no percentual de 10% a 25% calculada sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente, conforme os casos descritos no edital;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor de Tesouraria do Município, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

I - A fiscalização direta do cumprimento do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria da Administração conjuntamente com o CRAS municipal, sob a responsabilidade do Servidor **Luiz Carlos Cera, matrícula 642-4**, Gestor do Patrimônio e Almoxarifado.

II - A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar o fornecimento estabelecido neste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, no caso de inexecução do total ou parcial do Contrato que venham a ensejar a sua rescisão conforme o artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

I - As omissões relativas ao presente contrato serão reguladas pela legislação vigente, na forma do Artigo 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações em vigor.

II - As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas no Edital de Licitação, Decreto Municipal 1.359/2013, na Lei Federal 8.666/93 e na Lei Federal 10.520/2002, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Faxinal do Soturno para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da aplicação do presente contrato.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas nominadas.

São João do Polêsine, 22 de maio de 2019.

MATIONE SONEGO
Prefeito Municipal
Contratante

PAULINÉIA LOTTERMANN REIS – ME
Contratado

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: